



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Maio de 2011
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

ALGUNS ELEMENTOS FORMADORES DA IDENTIDADE CULTURAL DO TERRITÓRIO DO CONTESTADO

FLAVIA ALBERTINA PACHECO LEDUR (UnC) - fpledur@ig.com.br

Aluna do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado - Unc

CLAUDIA REGINA PACHECO PORTES (UnC) - claudiapportes2008@hotmail.com

Aluna do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado - Unc

Carlos Roberto Rodrigues da Silva (UnC) - crrdasilva@yahoo.com.br

Aluno do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado - Unc

Gustavo Emanuel Pacheco Portes (UEPG) - gustavoepportes@gmail.com

Aluno do Programa de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa- UEPG

INTRODUÇÃO

O texto expõe alguns elementos que historicamente são relevantes na formação da identidade cultural que se lê no território onde ocorreu o conflito conhecido como Guerra do Contestado. De 1912 a 1916, ocorreu na fronteira norte do Estado de Santa Catarina (divisa com o Estado do Paraná), numa área em litígio, os fatos mais sangrentos da história desta guerra. Foram várias as causas deste conflito armado. Na mesma época e no mesmo lugar, ocorreu um movimento messiânico de grandes proporções; uma disputa pela posse de terras aliada à questão dos limites interestaduais; e, uma competição econômica pela exploração de riquezas naturais abundantes no território.

As bases do conflito sangrento se estruturaram ao redor de uma legião de fanáticos religiosos composta por agregados das fazendas dos coronéis; por ex-operários demitidos quando da conclusão da construção de uma estrada de ferro; por “sem-terras”, ex-posseiros varridos dos seus lotes; por ervateiros sem erva para colher; por dezenas de pequenos proprietários expulsos de seus pinheirais; e por gente que perdeu seu pequeno negócio.

Esta gente cabocla, fora das leis da economia agropastoril, vivia onde ocorreu o conflito do Contestado, tida como uma “terra de ninguém”, marcada pela persistência de uma velha rixa de 150 anos entre o Paraná e Santa Catarina, em que a autoridade discutia se os limites geográficos deveriam ou não ser molhados pela margem esquerda dos rios: Negro e Iguaçu.

Atualmente, o território do Contestado, é constituído por municípios de porte pequeno, localizados tanto no Paraná como em Santa Catarina. Caracteriza-se por ser um território extremamente complexo no âmbito das questões políticas, econômicas, sociais e culturais. Os fatos que marcaram a história dos seus municípios são aqueles ligados aos conflitos territoriais presentes desde o Brasil Colônia até os dias atuais. No entanto, é durante a Guerra do Contestado que o território vai se determinar tanto em suas estruturas espaciais como nas suas relações sociais e mesmo identitárias de âmbito regional.

Segundo Reffestin (1993), para compreender os territórios discutidos em questão, há a necessidade de se entender que estes só existem porque antes deles há um espaço, ao qual pertencem envoltos na complexidade de suas sociedades, natureza e cultura. Nesse sentido, Santos (1986), ressalta que o espaço é um campo de lutas e forças onde a sua evolução não ocorre de forma homogênea em todos os lugares, já que, está em constante transformação.

Há que se esclarecer que a Guerra do Contestado não foi marcada exclusivamente pela questão da terra, como demonstrado no decorrer do estudo, são numerosos os elementos que a marcam, incluindo a questão de limites entre os Estados: a economia, a

disputa política e a religião. Por isso, este estudo objetiva abordar especialmente três elementos formadores da identidade cultural do território do Contestado.

Para este estudo e respectiva análise da identidade cultural possível no território do Contestado, alguns conceitos se mostraram pertinentes. Em primeiro lugar, a definição do território. Desta forma, o território deve ser visto como uma área natural sobre a qual um dado “poder” projeta a ocupação dessa área e a transforma em função da sua afirmação de domínio. Assim, a característica fundamental do território não é a área natural, mas a existência de um poder de dominação sobre essa área.

Território é o produto histórico do trabalho humano, que resulta na construção de um domínio ou de uma delimitação do vivido territorial, assumindo múltiplas formas e determinações: econômica, administrativa, bélica, cultural e jurídica. O território é uma área demarcada onde um indivíduo, ou indivíduos ou ainda uma coletividade exercem o seu poder. Segundo Reffestin (1980, p. 143):

Espaço e território não são termos equivalentes [...]. É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível.

Assim, território é o resultado das possibilidades e o resultado da ação humana em um jogo distante do seu fim. Por isso, o território também é um trunfo nas mãos de quem os detêm, mas representa possibilidades para quem não o detêm. Deste modo, o território ganha uma identidade, não em si mesma, mas na coletividade que nele vive e o produz. Ele é um todo concreto, mas ao mesmo tempo: flexível, dinâmico e contraditório, por isso, dialético, recheado de possibilidades que só se realizam quando impressas e espacializadas no próprio território. O território e a produção humana a partir do uso dos recursos dão as condições da nossa existência. O primeiro destes recursos é o espaço, por isso precisamos dominá-lo.

Observa-se, que para Bourdieu (1989), a região e o território são construções “políticas” da construção histórica da realidade social, dotada de um forte poder simbólico estigmatizado pela ciência. Eliminar estes estigmas parece algo impossível, simplesmente por serem uma construção - simbólica - das sociedades.

O estudo teve como metodologia o estudo bibliográfico de natureza qualitativa, tendo como cenário de orientação, o conhecimento da história deste território e das observações realizadas pelo modo de se viver no contestado. E, o texto estrutura-se da seguinte forma: no primeiro momento discute-se sobre a formação socioeconômica e identidade cultural; num segundo momento aborda algumas questões políticas; e no terceiro momento trata da religiosidade do Contestado. Concluindo organiza-se uma análise a respeito das mudanças

e permanências e, dos elementos formadores da identidade cultural do território do Contestado.

FORMAÇÃO SOCIOECONOMICA E IDENTIDADE CULTURAL

A identidade cultural é constituída por vários elementos; entre os quais, o cultural, o econômico, o político e o religioso. Segundo Hall (1999) uma identidade cultural enfatiza aspectos relacionados à nossa pertença, à culturas étnicas, religiosas, regionais e/ou nacionais.

Ao se analisar esta afirmação, este autor focaliza particularmente as identidades culturais que referenciam às culturas nacionais. Para ele, a nação é além de uma entidade política – o Estado –, é um sistema de representação cultural. Noutros termos, a nação é composta de representações e símbolos que fundamentam a constituição de uma dada identidade nacional. Segundo Hall (1999), as culturas nacionais produzem sentidos com os quais podemos nos identificar e constroem, assim, suas identidades.

Esses sentidos estão contidos em estórias, memórias e imagens que servem de referências, de nexos para a constituição de uma identidade da nação.

Entretanto, segundo Hall (1999), vivemos atualmente numa “crise de identidade” que é decorrente do amplo processo de mudanças ocorridas nas sociedades modernas. Tais mudanças se caracterizam pelo deslocamento das estruturas e processos centrais dessas sociedades, abalando os antigos quadros de referência que proporcionavam aos indivíduos uma estabilidade no mundo social.

A modernidade propicia a fragmentação da identidade. Conforme o autor, as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade não mais fornecem “sólidas localizações” para os indivíduos, que os alia a uma cultura.

Por Sodré (1981), a cultura é entendida pelo nível de desenvolvimento alcançado pela sociedade na instrução, na ciência, na literatura, na arte, na filosofia, na moral, e as instituições correspondentes. Ainda, segundo Sodré (1981, p. 104), cultura é:

[...] um fenômeno social que representa o nível alcançado pela sociedade em determinada etapa histórica: progresso, técnica, experiência de produção e de trabalho, instrução, educação, ciência, literatura, arte e instituições que lhes correspondem. Em um sentido mais restrito, compreende-se, sob o termo de cultura, o conjunto de formas de vida espiritual da sociedade, que nascem e se desenvolvem à base do modo de produção dos bens materiais historicamente determinados.

Portanto, cultura é tudo aquilo que é criado pelo esforço e pela inteligência humana, quer mostrado sob a forma tangível, material, quer expresso em usos, costumes, idéias e ideais. Cultura é um sistema de atitudes, de juízo de valores, de modos de pensar, sentir e

agir. É o modo de vida de uma sociedade. É o resultado das transformações humanas, a soma do conhecimento humano. Enquanto heterogênea, a cultura é, ao mesmo tempo, material e espiritual.

O homem não vive só, somente sobrevive em grupo. Por isso, para compreender a cultura de um homem, precisa-se estudá-lo a partir do seu grupo social, aquele ao qual está integrado e onde desenvolve suas atividades. Isto, sem contar que, para melhor compreender uma cultura, precisa-se também ir às suas origens, portanto, recuperar-se as trajetórias dos grupos sociais que se sucederam.

Segundo Thomé (1992), ao se referir ao ser cultural do Contestado, esta qual remonta de 10 mil anos atrás, com populações seminômades, que tinham na coleta sua fonte alimentar. Também a população indígena contribuiu para a formação da identidade do homem do Contestado.

Ao longo do século XVIII, muitas famílias mamelucas foram se instalando ao longo dos Caminhos do Sul. No atual recorte territorial do Contestado, esse mameluco ficou conhecido como “caboclo”, trabalhando tanto nas tropas como nas fazendas como agregados. Sem fácil acesso a títulos de propriedades de terras, logo passou a ocupar terras devolutas e inexploradas na condição de posseiro.

Vivendo em liberdade no isolado sertão dos pinhais, o caboclo encontrou neste território, seu habitat, tirando da mata sua subsistência, desde a madeira para as suas construções, os animais selvagens para a alimentação, as frutas e mel nativo, o pinhão e a erva-mate, servindo-se dos rios para a pesca. Além de assimilar a cultura indígena, o caboclo é marcado pelos traços das tradições de origem ibérica, do tradicionalismo dos bandeirantes paulistas e do comportamento do gaúcho dos pampas.

A presença do caboclo neste território foi importante para os primeiros colonos imigrantes, que começaram a chegar ao território contestado em pequenos números ainda no século passado. Thomé (1995), ressalta a importância dos caboclos para condicionar um quadro social de maior contraste, mesmo depois de praticamente todos dizimados na Guerra do Contestado.

O contato com os que já habitavam o local, (os índios) nem sempre ocorreu de forma pacífica e contribuiu para a mistura do que vivia a ser o povo do Contestado. Aos poucos foram criados povoados, conforme os (i) migrantes penetravam pelos sertões, em direção as terras contestadas. As dificuldades e as barreiras eram grandes, pois a região era inóspita e de difícil acesso.

Por estarem inseridos num espaço de disputas territoriais entre Brasil e Argentina, a tensão e o sentimento de insegurança eram grandes, o que fazia com que os sertanejos andassem sempre armados com revólveres e facões. Peixoto, (1975, p.17), menciona a tradição belicosa regional, dizendo que:

[...] é preciso lembrar que a área do Contestado, palco do movimento messiânico, tinha uma formidável tradição de Guerra e de lutas civis. A sua ocupação iniciou-se após violentos conflitos com os indígenas, seus primitivos habitantes e com disputas clônicas pela posse da terra.

Os habitantes dos sertões de Santa Catarina e Paraná pertenciam a várias raças: mouros, índios, negros, que com o tempo se foram mestiçando-se, criando o caboclo, ou, ainda, o homem da cor do pinhão, uma referência ao fruto do pinheiro que quando maduro tem cor escura (marrom).

Neste espaço territorial predominava a mata e não existia a presença do poder das forças de segurança do Estado. Muitos refugiados das Revoluções de Farroupilha (1835-1845) e Federalista (1892-1894) nela se instalaram, na ânsia de não serem encontrados e presos, o que ajudou na formação de um povo com características guerreira. Além dos tropeiros que cruzavam a área contestada levando o gado das estâncias gaúchas até São Paulo, escravos africanos iam em busca de novas oportunidades nestas terras devolutas.

Estes grupos contribuíram para a criação de uma população camponesa, com costumes voltados às coisas da terra e que conseguiu adaptar-se às diversidades originadas pela ausência do governo, que isolara esta região dos benefícios do estado moderno. Ressalta Shüller (1994, p. 87) que,

Na formação da sociedade cultural do Contestado, verifica-se que perpetua-se a sua identidade, preservando seus traços culturais e cultivando suas tradições. Caracterizada também, e não somente, como a busca dos restos do passado, a História do Contestado tem nos acontecimentos históricos o seu principal objeto de estudo. Estes são os marcos das realizações com a importância avaliada pelo historiador que mede os envolvimento das gentes e as consequências de suas realizações e, ainda, avalia as repercussões ou implicações que tenham tido ou que ainda têm, presentemente, sobre o meio social.

Atualmente ao se conhecer a história do Contestado, vislumbra-se por ela um cenário de intensa transformações, em que se priorizou alguns processos em detrimento de outros, como é o caso das questões políticas que eclodiram somente no início do século XX. Sendo assim, a identidade cultural do território do contestado implica destacar o homem e suas aspirações enquanto elemento formador da sociedade local-regional. Neste caso, faz-se necessário discorrer sobre as questões políticas, econômicas e religiosas relacionadas ao conflito do Contestado, que engendram as questões econômicas, motivadoras do processo de desenvolvimento no lugar que no século XX deu espaço à guerra do Contestado. Neste espaço, as razões econômicas foram precursoras para as povoações e para mobilidade populacional, mas não mais importante do que as motivações políticas e as religiosas.

QUESTÕES POLÍTICAS DO CONFLITO DO CONTESTADO

A área fronteiriça entre os estados do Paraná e Santa Catarina recebeu o nome de Contestado, decorrente do processo em que os agricultores contestavam a doação que o governo brasileiro fez aos madeireiros e à *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*. Além disso por ser uma região de disputas limítrofes entre estes dois estados brasileiros. A área em litígio passou a ser conhecida como “território Contestado” ou, simplesmente, o Contestado. Em virtude desta disputa de limites, os governos do Paraná e Santa Catarina ficaram décadas sem investir na região; por isso a região empobreceu.

Quando se desmembrou de São Paulo em 1853, o Paraná herdou um problema de limites que vinha se arrastando desde o Brasil colonial. Para os paranaenses, a nova província limitava-se, ao sul, pelos rios Pelotas e Uruguai. Para os catarinenses, o Paraná terminava nos rios: Negro e Iguaçu. As controvérsias começaram em 1767 quando o governo paulista fundou Lages em área que os catarinenses consideravam deles. Somente em 1820 Lages-SC, foi incorporada a Santa Catarina, o que não significou solução para as questões de limites.

Em 1838, foram descobertos os Campos das Palmas que os paulistas invadiram e exploraram, pois estas terras eram catarinenses por direito. A partir de 1853, com a criação da província do Paraná, desmembrada de São Paulo, passou a ser a parte interessada nas questões de limites entre Paraná e Santa Catarina.

De acordo com Fraga (2006), as discussões no âmbito administrativo não tiveram resultados até o advento da república. Embora a constituição de 1891 determinasse que as disputas em torno de divisas fossem resolvidas politicamente, Santa Catarina buscou uma solução judicial para o problema, movendo ação no Supremo Tribunal Federal (STF), invocou o direito de possuir limites naturais. O Paraná não se conformou e embargou a decisão.

Entretanto, já se incendiara o estopim nos campos do Irani-SC. A guerra e o genocídio nas terras contestadas haviam iniciado. Naquele momento, do lado paranaense, a imprensa incitava os ânimos, o bairrismo se exaltava e se usava argumentos como criminalidade no território catarinense do Contestado.

Ainda de acordo com Fraga (2006), como a situação ficou agravada pela Guerra do Contestado, o presidente da República, Wenceslau Braz, interveio na questão. Chamou os governadores em busca de uma solução e nomeou um comandante da Marinha para servir de emissário entre os dois governos. O presidente propôs a divisão do território contestado. No dia 20 de outubro de 1916 foi assinado o acordo de limites pelo presidente do Paraná, Afonso Alves Camargo, e pelo governador de Santa Catarina, Felipe Schmidt.

O Paraná ficou com 20.310 quilômetros quadrados e Santa Catarina com 27.570 quilômetros quadrados. Os paranaenses cederam Itaiópolis, Papanduva e Canoinhas, mas recuperaram Palmas e Clevelândia. E a cidade da margem esquerda do Iguaçu, que havia sido fundada por paulistas, acabou sendo dividida: União da Vitória ficou para o Paraná, e Porto União, para Santa Catarina. O acordo foi aprovado pelas respectivas Assembléias Legislativas. O Congresso Nacional aprovou os atos, e a demarcação dos limites foi procedida por uma comissão militar. A complexidade do conflito envolve além de questões políticas, também razões econômicas.

QUESTÕES ECONOMICAS DO CONTESTADO

Um dos motivos que levou o governo imperial a construir uma estrada de ferro que cortasse o interior catarinense e paranaense era a necessidade de preenchê-lo, para garantir a integração entre o Brasil do Sul e o Brasil do Centro-leste. Outro motivo era o de fixar imigrantes nas terras devolutas dos campos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, e nos sertões do Paraná e de São Paulo.

Nessa mesma época, era o ministro da Viação e Obras Públicas, o catarinense Lauro Müller, promoveu a vinda ao Brasil do famoso empreendedor norte-americano Percival Farquhar, a qual fundou a *Brazil Railway*, empresa que tomou posse do controle acionário da Companhia Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande. A construção da Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande, no trecho entre União da Vitória-PR e Marcelino Ramos-RS, demorou dois anos, atravessando de norte a sul o território do Contestado, percorrendo o Vale do Rio do Peixe, no meio oeste catarinense. Segundo Queiróz (1966, p. 114):

A estrada obtivera do governo federal uma concessão de terras equivalentes a uma superfície de quinze quilômetros para cada lado do eixo, ou igual ao produto da extensão quilométrica da estrada multiplicada por 18. A área total assim obtida deveria ser escolhida e demarcada, sem levar em conta sesmarias nem posses, dentro de uma zona de trinta quilômetros, ou seja, quinze para cada lado. Não só por isto, mas também pela subversão quilométrica, o traçado se desdobrava em exagerada sinuosidade. Desse modo, a Estrada de Ferro São Paulo- Rio Grande ziguezagueava para todos os pontos cardeais, a furtar-se de pequenas obras de arte. A princípio foram empregados quatro mil trabalhadores; porém, com a marcha dos trabalhos, o seu número atingiu cerca de oito mil. Eram contratados principalmente no Rio e em Pernambuco. [...] Esses antigos trabalhadores, misturando-se à população do Contestado, constituíram o fermento de graves acontecimentos posteriores.

Objetivando colonizar rapidamente as terras que haviam obtido em pagamento pela construção da estrada de ferro, a *Brazil Railway*, em 1911, tratou de colocar para fora de

seus domínios todos àqueles que as ocupavam e não possuíam títulos de propriedade. Tal iniciativa, bem como a própria concessão do governo federal feita à companhia, contrariava o disposto na Lei de Terras de 1850. Mas o governo do Paraná reconheceu os direitos da empresa, o que não foi de estranhar, pois Affonso Camargo, vice-presidente do Estado, era advogado da *Brazil Railway*.

Segundo Thomé (2003), estes habitantes denominados de posseiros e que ousassem se opor às medidas de despejo, a *Brazil Railway* enviava elementos de seu corpo de segurança, que contava com 200 homens armados, para expulsar os sertanejos que moravam nas terras agora de propriedade da empresa multinacional.

Com o intuito de explorar as terras obtidas às margens da estrada de ferro, a *Brazil Railway* criou, em 1911, uma nova companhia a ela subordinada: a *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*. Também, a *Brazil Railway* construiu a estrada de ferro entre União da Vitória-PR e São Francisco do Sul-SC, que desce a Serra Dona Francisca para exportar a madeira beneficiada pela empresa *Lumber*. Para atender às conveniências do Paraná, por caminho mais longo, as tábuas seguiam também pelo porto de Paranaguá, via estrada de ferro.

Foi neste sentido que o anúncio da construção da estrada de ferro e suas obras na sequência levaram a população do território das terras contestadas a reagirem em defesa dos laços que os unia nesta realidade: posseiros sem documentação da terra e a intervenção violenta na sua expulsão, gerando uma rede de defesa social, por conta da sua história, cultura e identidade na rede de compadrio muito comum naquela época.

Assim, a nova rede colocava em choque a própria rede de relações históricas entre o grupo social camponês, que não entendia a complexidade do estabelecimento ferroviário no território e nem o tecnicismo daquele momento histórico. O próprio espaço se faz instigante.

Neste conjunto analítico, Santos (1999, p. 51), diz que:

O espaço é formado por um conjunto indissociável solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como quadro único no qual a história se dá. No começo era natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico.

Passados mais de noventa anos do término da Guerra do Contestado, diante da rede ferroviária que cortara a área em litígio outrora, o que resta atualmente é insignificante. Apenas foi acrescentado o ramal que percorre o trajeto paralelo a BR-116, entre Paraná e de

Santa Catarina - inclusive a Ferrovia São Paulo–Rio Grande se encontra desativada desde o início dos anos de 1980, com pequenos trechos funcionando como produto turístico regional, que mostram o seu abandono, pois fora considerada uma das piores ferrovias do mundo, devido ao excesso de curvas para baratear sua construção, tanto que ela possui apenas um túnel.

Também, durante a Primeira Guerra Mundial (1914/1918) abriu-se perspectivas para a comercialização do pinheiro do Paraná, pois o preço da madeira aumentara no mercado internacional em decorrência do conflito. De acordo com Thomé (1995), tal fato havia sido a razão para o estabelecimento de serrarias por parte da empresa que construiu a estrada de ferro São Paulo–Rio Grande, em Calmon e em Três Barras (ambas em Santa Catarina) – (as serrarias da *Lumber Company*). Após a Guerra do Contestado, os empresários que passaram a se dedicar aos negócios de colonização também eram madeireiros, assim as terras adquiridas do governo, primeiro eram exploradas em seus recursos florestais e, depois, vendidas em lotes aos colonos.

Assim que foi criada, a *Lumber* comprou 180 mil hectares ao sul dos rios Negro e Iguaçu, próximo de Canoinhas-SC. Estabeleceu também uma série de contratos com diversos fazendeiros, pelos quais estes cediam à empresa os pinheiros e as madeiras de lei que havia em suas terras.

De acordo com Fraga (2006), a *Lumber* tornou-se a maior companhia madeireira da América do Sul. Extasiado diante de tanta madeira, Farquhar se esqueceu de colonizar as terras da faixa que acompanhava a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

Mas terminada a construção da estrada, Percival Farquhar teve pressa em encher os vagões com a madeira serrada dos pinheirais, para entregá-la no porto de São Francisco. Para desalojar o posseiro e o pequeno proprietário, a *Lumber* organizou uma força paramilitar, mais ágil que a Justiça brasileira. Fortemente armado, o grupo vasculhou os pinheirais da empresa para expulsar e até matar os posseiros e pequenos proprietários. De ambos os lados pessoas morreram, outros sobreviveram, mas isso era apenas o começo do que ainda estava para acontecer. A posse da terra perdida e o pinheiro roubado desesperavam milhares de caboclos que não tinham para onde se dirigir, pessoas sem um lugar para morar e nem algo para se sustentar. Foram as primeiras faíscas de um incêndio que durariam quatro anos.

Segundo Sachet (1997, p.56).

Os expulsos do Vale do Rio do Peixe pela Lumber, os sem trabalho da Estrada de Ferro, bem como os desagregados dos campos de Lages e de Curitiba começaram a formar uma perigosa trindade que vai ferver as águas do rio, consumir pinheirais e reduzir a pó fazendas e fazendeiros.

É por intermédio do operário da *Lumber* e suas relações cotidianas e as formas de violência sobre elas exercidas, que as observações inerentes às lutas e contradições deste contexto podem ser mais entendidas.

A *Southern Brazil Lumber and Colonization Company* passou a desenvolver um inovador processo de exploração da madeira. Assim, nessa relação socioeconômica tem-se o colono europeu recém estabelecido no território trabalhando na fábrica, que exigia o mínimo de instrução e o camponês expulso de suas terras, fazendo o serviço braçal nas florestas, que viriam a ser praticamente dizimadas, numa das maiores degradações ambientais regionais registradas no início do século XX no país.

Ressalta-se que a luta dos camponeses também se fez no sentido de manter a floresta de araucárias, pois ela estava no centro da sua subsistência.

As questões mencionadas acima geraram outra estrutura agrária em boa parte do território do contestado até 1916; a partilha das terras dos posseiros, excetuando as dos coronéis e outras que seriam griladas ao longo dos anos, até o século XXI.

Para a exposição sobre o conflito social agrário neste território, parte-se da definição de que os conflitos pela posse e propriedade da terra, presentes em toda a região contestada, foram marcados por numerosos atos violentos, o que significa uma ação generalizada contra a luta social pela terra exercida pelos caboclos do Contestado.

Ao se abordar a violência no espaço social agrário do Contestado, portanto, deve-se enfatizar a formação histórica dos processos sociais agrários e o papel do Estado, no caso aqui, além dos brasileiros, os litigantes federados, por meio das diversas políticas públicas impregnadas pelos poderes dos coronéis.

Mais de noventa anos da Guerra do Contestado, as relações que envolvem o direito à terra, sob o ponto de vista constitucional, não chegaram às ex-terras contestadas. Milhares de trabalhadores rurais ainda sobrevivem da parceria, do aluguel da terra e da posse, isso sem comentar o fato de que milhares de hectares de terras regionais se mantêm sob a grilagem de importantes *empresários rurais* que podem ser correlatos aos ex-coronéis do Contestado.

Nesse sentido, as condições climáticas favorecem a produção agropecuária no Sul do Brasil. O Estado de Santa Catarina destaca-se por ser o maior produtor primário nesta região, talvez por ser menos industrializado que os demais estados sulistas. Logo, o setor primário e, porque não, a agropecuária, representa para o Estado uma enorme fatia do PIB.

O setor agrícola representa uma importante atividade da economia catarinense, sendo responsável por 17,4% do PIB estadual. Estima-se, no entanto, que o agrobusiness como um todo, ou seja, somando-se ao setor agrícola a atividade agroindustrial e outras intimamente relacionadas com o setor, eleve este percentual para mais de 40% do PIB catarinense. A agroindústria responde por aproximadamente 19%

da renda gerada, empregando cerca de 35 mil pessoas em seus três mil estabelecimentos. [...] Em todas as regiões do estado a atividade agropecuária apresenta significativa importância socioeconômica. A região oeste catarinense, no entanto, é a que mais se destaca [...] (apud. FRAGA, 1997, p. 68).

De acordo Thomé (1995), a atividade industrial da madeira, em pouco tempo, superou a pastoril e a extrativa da erva-mate, fazendo com que os povoados que emergiram ao longo dos trilhos e próximos as serrarias construídas pelos imigrantes registrassem grande riqueza econômica. A agricultura e pecuária permaneceram, por muitos anos seguintes, como atividades de subsistência de colonos e fazendeiros, enquanto que a indústria madeireira, modificando o panorama natural, proporcionou aos empresários do ramo a acumulação de capital, resultando na expansão e na diversificação industrial.

A época da produção de pinho serrado e do seu beneficiamento foi marcada pela intensa exploração dos recursos naturais da Floresta da Araucária, que só não terminou porque depois da devastação da mata nativa, os madeireiros encontraram novas alternativas para o abastecimento da matéria-prima, pelo reflorestamento com pínus – (*pínus caribaea*), exploração que se encontra em curso atualmente, na região que um dia fora contestada.

Ressalta Paulilo (1990), que Santa Catarina, a exemplo do Paraná, não só tem como também depende em grande parte dos proventos advindos do setor primário. Tais produtos primários são, na maioria das vezes, industrializados e/ou beneficiados no próprio Estado, porém, ainda assim a produção primária será a grande movedora e geradora desta matéria-prima que gira o capital industrial dos estados.

Desse modo, percebe-se que a relação entre produção e indústria mantém um grande elo não apenas de dependência, mas também uma relação submissa pela qual o produtor está vinculado à decisão do mais forte, a indústria. Assim para continuar a gerar e fornecer a matéria-prima à agroindústria, o produtor estará fadado a seguir as exigências desse mercado consumidor de sua matéria-prima.

Paulilo (1990, p. 31) diz ainda que:

As agroindústrias impõem limites às vezes rígidos ao produtor, mas não se deve encarar esta imposição como algo novo. Se, atualmente, há interferência no próprio processo produtivo, o que não acontecia anteriormente, isso não quer dizer que as antigas exigências impostas pelo comércio fossem mais brandas.

No sentido das análises postas e das dificuldades de inserção no mundo capitalista exigente na produção, acredita-se que a população pobre faça parte da cadeia produtiva apenas como trabalhadores sazonais e raros possuem meio de produção do mundo rural

regional, no caso a terra. Os descendentes dos camponeses do Contestado (os ditos caboclos), ainda se encontram à margem da sociedade moderna existente no seu território de origem – o Contestado.

A RELIGIOSIDADE NO CONTESTADO

Paralelamente, com as questões econômicas e políticas que culminaram com o movimento do Contestado, também foram relevantes as questões religiosas, especificamente o messianismo que surgiu no território em questão, resultante do momento de mudanças estruturais, no contexto das dinâmicas políticas que se operam no território, ao final do século XIX e limiar do século XX.

Nos últimos duzentos anos, movimentos messiânicos ocorreram o Brasil, entre eles o Movimento do Contestado. Alguns foram pequenos, outros obtiveram destaque por envolver pessoas excluídas, insatisfeitas e ignorantes que, com expressões, concentraram-se em figuras carismáticas, como os monges conhecidos por João Maria e José Maria.

Para que um movimento caracterize-se como messiânico, deve contar as propostas básicas da crença popular da volta do Messias. O Contestado foi também um movimento tido como messiânico, pois de acordo com Thomé (1992), os responsáveis pela caracterização deste movimento foram os monges que deixaram, por onde passaram, registros em todo Sul do País. Eram profetas, curandeiros, santos, conselheiros que irradiavam amor, devoção, simplicidade e caridade.

De acordo com Cabral (1960), na Região Sul do país, relata-se a presença de um peregrino de cabelos e barbas longas, olhar manso, típico de alguém que almejava a solidão e o isolamento. Foi simples, bom e justo, mas severo consigo mesmo, repartindo com o próximo o único bem que possuía: sua fé.

Há um paradoxo que surpreende os que estudam ou procuram entender a vida de João Maria: esse “santo” não foi um homem, foram dois que confundiram e entrelaçaram suas vidas para se tornarem apenas um santo. Simultânea e coincidentemente, o Contestado reuniu, no mesmo tempo e no mesmo espaço geográfico, mais de 30 mil pessoas – habitantes da região na época –, desde fazendeiros, em defesa de suas propriedades, até posseiros tentando se manter em terras devolutas, “fanatizados” por promessas messiânicas, e oportunistas, que viam no movimento ocasião para exercerem pressões políticas acerca dos limites disputados entre Santa Catarina e o Paraná.

Por isso, diz Thomé (1997), que nem todos os sertanejos catarinenses eram rebeldes, nem todos os rebeldes eram fanáticos, e nem todos os fanáticos eram jagunços. Enquanto isso Valentini (2000), trata da memória dos sertanejos quando aponta que nos lugares santos do Contestado, o povo no seu imaginário buscava a corte celeste, pois

consegue evoluir e derrubar mitos do passado, quando a literatura, a exemplo de Romário Martins (s/d), denominava a gente do Contestado como incautos, desordeiros, impatrióticos, facínoras, jagunços, fanáticos, pelados, dentre outros.

Por conta desse fanatismo, os camponeses de Santa Catarina e do Paraná formavam o bravo “Exército Encantado de São João Maria”, unindo sob a cruz verde da bandeira branca da Libertação, sendo homens, velhos, crianças e mulheres – no qual se divisavam criadores, peões e lavradores, apegados às terras em que viviam; centenas de ex-trabalhadores da estrada de ferro São Paulo–Rio Grande do Sul, abandonados à própria sorte após a construção; comerciantes de vilas e de estradas; agregados e capatazes; pessoas carentes de alfabetização, assistência e promoção social; antigos combatentes farroupilhas e maragatos; ex-combatentes dos batalhões de Voluntários da Pátria e da Guarda Nacional; e ainda criminosos, ex-presidiários e foragidos da justiça. Parafraseando Thomé (1989), “todos juntos atacavam e se defendiam”. Tiveram a ousadia respondida à bala. Lutaram pela sobrevivência até que, cercados, sucumbiram aos mais fortes – o genocídio.

Nesse sentido, o messianismo no movimento do Contestado encontra seu vigor a partir da morte do monge José Maria em Irani-SC. A espera consolida as esperanças de seu retorno e a formação de irmandades sertanejas, transformando-se numa espécie de religião sustentada pela fidelidade de seus crentes. A ideologia posta na esperança era carregada de nostalgias e lembranças do passado com uma estratégia de ação no imaginário com a participação do exército do monge acompanhado de São Sebastião, que viriam para salvá-los da resistência que empreenderiam contras as forças oficiais.

Segundo Tonon (2010), os monges cumprem uma missão profética e política diversa, cada um apresentando peculiaridades na história de vida e na trajetória percorrida representando um *ethos* que os aproxima. Constroem uma imagem que os aproxima dos profetas bíblicos na forma de vestimenta sem ostentação e na fala mansa e convincente externando que cumprem uma missão. Combatiam a República com seus impostos, como o casamento no civil, e o uso de moeda, bem como o privilégio dos coronéis e colonizadores nas posses fundiárias provocando medo nas elites econômicas e políticas. Catalisaram a atenção e o devotamento dos sujeitos sociais e dos sertanejos.

Para os trabalhadores da terra daquele território, o governo Republicano roubou-lhes o direito a terra e entregou-o aos estrangeiros. O sentimento de resistência à situação fazia com que não utilizassem os serviços da companhia para transporte preferindo vencer enormes distâncias a pé. Acreditavam ser, governo e companhia, aliados para roubar-lhes as terras e o jeito de viver.

Ainda Tonon (2010), aponta que os monges defendiam e implantaram a monarquia na região. Era a Monarquia Celestial que aboliria as condições vigentes e restauraria uma

era de plena felicidade que dantes existia. Defendiam-na porque era a lei de Deus e repudiavam a República porque era a lei do diabo. Só conheciam a monarquia como alternativa que se contrapunha à República. O diabo era aquele que além de tirar a terra do trabalhador, desestruturava sua vida, roubava-lhe o sustento e provocava sua fome e miséria.

Uma construção utópica, amparo e salvação das irmandades, advento da felicidade terrena, pois a figura do monge permeia o imaginário sertanejo das gerações remanescentes e constitui o grande mito social e religioso. Neste caso, a memória do mito monge, lendas, predições e rituais não se circunscrevem unicamente no espaço do acontecimento histórico do movimento do Contestado, mas muito além. Encontra-se em toda a região sul do Brasil, crentes nas predições dos monges e praticantes dos rituais de batismo e consumo de águas sagradas. Portanto, permeável a vários grupos sociais e culturais com significativa elasticidade no tempo e no espaço.

CONCLUSÃO

De acordo com Fraga (2006), os fatores que apontam uma história e territorialidades longas e complexas, marcadas por numerosos arranjos políticos e, por conseguinte, geopolíticos, norteiam temporalidades diferentes, mas marcadas por cada momento da ocupação da região do Contestado, tanto em solo atualmente paranaense como catarinense, em espaços retalhados por redes de limites vividos que participam dessa territorialidade.

A complexidade da Guerra do Contestado e dos seus elementos territoriais exigiu não uma possibilidade conceitual, mas várias, pois está envolta em numerosos nuances de abordagem que vão do território, da região, do espaço, dos poderes, dos olhares históricos, sociológicos, econômicos e geográficos, exigindo esforço para seu entendimento, por meio da cientificidade que somente uma análise interdisciplinar propiciou, aqui considerando que cada área é detentora de suas diferenciadas linhas de abordagens e dicotomias.

A Guerra do Contestado em si será definidora dos territórios atuais de Santa Catarina e do Paraná, além de constituir aqueles denominados Região do Contestado Catarinense e Sul Paranaense, onde, conforme Galeano (1986), verificou-se uma das maiores guerras civis do Continente Americano, pois o genocídio de milhares de camponeses pobres foi sua principal marca. A Guerra do Contestado é um episódio complexo, pois é alimentado por vários fatores que se entrelaçam, sejam de ordem social, política, econômica, cultural ou religiosa.

Com relação à religiosidade, percebe-se no povo que habita o território analisado, uma influência messiânica arraigada em sua cultura, um catolicismo rudimentar, crenças,

lendas, mitos e simpatias, que ainda perduram. Pode-se afirmar que o messianismo ontem, retrata a sociedade hoje se entrelaçando com a identidade cultural do povo.

A cultura do contestada não foi extinta com a guerra, ao contrário, permanece carregada de traços culturais herdados e influencia a cultura regional atraindo pessoas de outros locais para a região, depois da restauração da paz. De modo geral, se a cultura do povo – agora na fase do “pós Contestado” – ainda guarda os principais traços estruturais da cultura anterior à guerra, então, tem-se hoje uma continuidade cultural e não uma cultura nova. As mudanças e influências foram circunstanciais. As estruturas foram mantidas ao longo dos anos. As circunstâncias apenas mascararam componentes culturais básicos que nunca deixaram de existir. O caótico processo de inserção do capital estrangeiro na região do Contestado foi marcado por profundas transformações por ele promovido. Todo o território e seus habitantes, sua estrutura social e econômica, passaram por significativas interferências em decorrência do processo industrial que perdura ao longo das décadas.

Conseqüentemente, o desenvolvimento das forças produtivas e das transformações tecnológicas, econômicas e sociais surge um novo agente, com características e especificidades próprias. Para os autores que escrevem sobre a questão, ela teria sido também, um choque de modernidade, pelo qual a monarquia seria o arcaico que se chocou com a modernidade da república. Mas este seria apenas um resumo simplista do processo e complexidade envolvendo o Contestado.

Afinal, um dos fatores mais fortes para a guerra civil camponesa se encontra na entrada do capitalismo no sertão, com a apropriação da terra e o uso mercantil da madeira por grupos estrangeiros – o território do Contestado passou a incorporar a organização capitalista do campo e da cidade com a chegada da república.

Neste caso, como aponta Thomé (1980), a ferrovia foi desbravadora do território Contestado, e pagou o preço do pioneirismo causadora do derramamento de sangue para implantar-se na região. Serviu a uma época e uma política para depois ser superada pelo progresso em conseqüência da sua precipitada, ambiciosa e imperfeita construção. Assim, em que pesem os contratempos e pontos negativos, ela se impôs e trouxe a civilização, provocou o desenvolvimento, aproximou gente e encurtou distâncias, antes intransponíveis. Muitos municípios do sul do Paraná e norte catarinense a ela devem direta ou indiretamente, a sua origem.

Terminada a Guerra, Paraná e Santa Catarina chegam a um acordo sobre a Questão dos Limites, surgem os primeiros municípios e se instala uma cultura regional, delimitadora do espaço territorial. A economia extrativista da erva-mate e da madeira não cede lugar, mas compartilha o lugar com novos empreendimentos de processamento da matéria-prima. A modernização atinge também a propriedade rural. A região passa a viver uma nova realidade socioeconômica e cultural.

No sentido evolutivo, o processo de ocupação e formação territorial do Brasil e mais especificamente do Sul, chega ao momento atual, século XXI, com alguns elos de manutenção da questão da terra/agrária/produção com os mecanismos e modernidades de mercado, local, regional e global.

Sob a luz da complexidade das relações capitalistas impostas ao meio rural, o território do Contestado necessitou das exigências do mercado consumidor e a elas vem adaptando-se. Muitos proprietários, sobretudo os descendentes dos colonos imigrantes que chegaram à região para substituir os caboclos posseiros, conseguem cumprir as exigências mercadológicas de produção. Os que descendem dos caboclos sobreviventes da guerra vivem situação diversa, ainda são obrigados a se submeter ao trabalho temporário de plantio e colheita das safras, seja na produção de alimentos ou nos reflorestamentos de pinus que dominam vastas áreas.

Pelo não acesso a terra e às condições de vida, os descendentes dos caboclos vivem à sombra da sociedade regional, numa situação de invisibilidade social.

O desenvolvimento, que acontece a passos largos, preserva, contudo, o espírito inconformista e empreendedor do homem do Contestado, que venceu parcialmente parte das adversidades de espaço territorial inóspito e conflitante na luta por sua sobrevivência e na busca de seus direitos. A lição está estampada na cultura e nas marcas que hoje se erguem por todo o território como marcos e referências turísticas porque resgatam um dos mais importantes episódios da história brasileira.

O território do Contestado ainda não tem sua história construída. Tem passado e tem histórias, visto que, o que aconteceu na Guerra, foi consequência dos antigos problemas sociais, econômicos e políticos da República Velha, especialmente no meio rural. As novas formas de trabalho introduzidas no campo, sobretudo, o trabalho assalariado nas empresas modernas não levaram em conta a realidade local, porque os caboclos tornaram-se vítimas das companhias estrangeiras, dos imigrantes europeus e ainda no meio das lutas dos coronéis pelo controle de terras e do poder.

Em síntese, no decorrer deste estudo percebeu-se que no território contestado, a identidade cultural resulta do processo econômico, político e dos valores da religiosidade que ainda se preserva na população. O povo ainda se curva diante das imagens dos monges, em sinal de veneração e respeito, fé e confiança em seus ensinamentos. Estas manifestações são observadas nos costumes, nos hábitos e nas práticas de governança adotadas no território que permeiam as atividades econômicas até os dias atuais com larga escala de exploração da erva-mate e da madeira plantada para este fim.

REFERENCIAS

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa, Difel/Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1989.
- CABRAL, Oswaldo R. **João Maria – Interpretação da Campanha do Contestado**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.
- DICIONÁRIO Filosófico Abreviado. Montevideú: Ed. Pueblos Unidos, 1950, p. 104.
- FRAGA, Nilson Cesar. **Mudanças e Permanências na Rede Viária do Contestado: uma abordagem acerca da Formação Territorial no Sul do Brasil**. Curitiba, PR: Universidade Federal do Paraná (Tese de Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento), 2006.
- GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 3º ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 1999.
- MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Editora Guaíra Limitada, s/d.
- PAULILO, Maria Ignez Silveira. **Produtor e agroindústria: consensos e dissensos – o caso de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990.
- PEIXOTO, J. B. **Conquistas de uma década: radiografia sócio-econômica do Brasil revolucionário**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército. 1975.
- QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social – A Guerra Sertaneja do Contestado: 1912/1916**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- REFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SACHET, Celestino; SACHET, Sérgio. **Santa Catarina 100 anos de História – do povoamento à Guerra do Contestado**. Florianópolis: Século Catarinense, 1997, vol. 1.
- SANTOS, M. **O trabalho do geógrafo no 3º mundo**. 2 ed. São Paulo: HUCITEC, 1986.
- SANTOS, Milton. **O Brasil**. Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- SODRE, Nelson Werneck. **Síntese de História da Cultura Brasileira**. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- SCHÜLLER, Donaldo. **Império Caboclo**. Florianópolis: UFSC/FCC, Porto Alegre: Movimentos, 1994.
- THOMÉ, N. **As Duras Frentes de Luta Desta Terra Contestada**. Florianópolis: Diário Catarinense, Suplemento, 1989.
- THOMÉ, Nilson. **Ciclo da Madeira, História da Indústria Madeireira no Contestado**. Caçador: Universal, 1995.
- THOMÉ, Nilson. **PR e SC Disputam Território**. Curitiba: Gazeta do Povo, Suplemento, 2003.

THOMÉ, Nilson. **Sangue, Suor e Lágrimas no Chão Contestado**. Caçador: UnC, 1992.

THOMÉ, Nilson. **São João Maria na História do Contestado**. Caçador (SC): UnC, 1997.

THOME, Nilson. **Trem de Ferro: História da Ferrovia no Contestado**. 1ª Ed. Imprensa Universal. Caçador – SC. 1980.

TONON, Eloy. **Os monges do Contestado: permanências, predições e rituais no imaginário**. Palmas: Kaingangue. 2010.

VALENTINI, Delmir, J. **Da Cidade Santa à Corte Celeste: memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado**. Caçador: Ed. da UNC, 2000.